

BOLETIM INFORMATIVO

CAO.EDUCAÇÃO





APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

O CAO Educação produziu o presente boletim informativo abordando principalmente notícias, ações ministeriais, informações e normativas aprovadas na área da educação em decorrência das medidas de controle e combate à pandemia da COVID-19 (Coronavírus), incluindo atuações ministeriais para a retomada das atividades escolares presenciais.

SUMÁRIO

1. NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO
2. NOTÍCIAS DE OUTROS MP'S
3. NOTÍCIAS do MPF
4. NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES
5. NOTÍCIAS DIVERSAS
6. NOVIDADES LEGISLATIVAS

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

MIGUEL SLHESSARENKO JÚNIOR – PROMOTOR DE JUSTIÇA E COORDENADOR DO CAO EDUCAÇÃO
PATRÍCIA ELEUTÉRIO CAMPOS DOWER – PROMOTORA DE JUSTIÇA E COORDENADORA DO CAO EDUCAÇÃO
CARIN LUCIANE DE AZEVEDO – ASSISTENTE MINISTERIAL
JULIANA AIKO YOSHIMURA DE VASCONCELLOS – AUXILIAR MINISTERIAL

NOTÍCIAS DO MPMT

MP requer aplicação de multa contra prefeito por litigância de má-fé



A 8ª Promotoria de Justiça Cível de Cuiabá requereu ao Poder Judiciário a aplicação de multa processual contra o prefeito da Capital, Emanuel Pinheiro, por litigância de má-fé, embaraço ao cumprimento de decisão judicial que determinou o retorno das aulas presenciais e ato atentatório à dignidade da Justiça, na forma dos artigos 77 e 80 do Código de Processo Civil. Solicitou ainda que cópias do pedido de reconsideração da decisão efetuado pelo chefe do Poder Executivo sejam remetidas ao Ministério Público de Contas para análise e providências.

Requer ainda que a abertura das escolas públicas, na qualidade de atividade essencial, não se sujeite à suspensão ou à interrupção, em caso de necessidade epidemiológica, respeitados os protocolos de biossegurança e ocupação mínima de 30%, conforme Lei Estadual 11.367/2021. O MPMT pleiteia ao Poder Judiciário que seja fixada multa diária no valor de R\$ 100 mil na eventualidade de descumprimento da decisão judicial.

Na ação, a Promotoria de Justiça enfatiza o dever constitucional imposto ao poder público de conferir prioridade absoluta ao direito de crianças e adolescentes à educação. Reforça que a concretização desse direito passa pelo atendimento educacional presencial, sobretudo diante da comprovação do baixo aproveitamento e limitação de acesso dos alunos ao ensino remoto, especialmente pelos mais vulneráveis.

MPMT requer retorno imediato das atividades de creche municipal

O Ministério Público de Mato Grosso propôs Ação Civil Pública (ACP) contra o município de Santo Afonso (a 258km de Cuiabá), requerendo em caráter liminar o retorno imediato das atividades educacionais presenciais na creche da rede pública municipal. Requereu também que, em caso de necessidade epidemiológica comprovada, sejam suspensas as atividades não essenciais, priorizando manter as escolas públicas abertas, na qualidade de atividade essencial conforme lei estadual. A ACP foi ajuizada pela Promotoria de Justiça de Arenópolis (a 258km da Capital), comarca à qual pertence a cidade de Santo Afonso.

Sintep pede ao MP que requeira suspensão de decreto estadual



Dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (Sintep) reuniram-se nesta segunda-feira (27), por meio virtual, com o procurador-geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira, e o promotor de Justiça Miguel Shessianrenko Júnior, coordenador do Centro de Apoio Operacional (CAO) da Educação do Ministério Público de Mato Grosso, para manifestar preocupação com os efeitos do Decreto Estadual 723/2021, que transfere a responsabilidade pelos anos iniciais do Ensino Fundamental do Estado para os municípios.

Ebook “Vozes da Inclusão” foi lançado em 30 de setembro



O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio do Centro de Apoio Operacional da Pessoa com Deficiência, realizou de forma virtual, com transmissão ao vivo pelo canal do MPMT no Youtube, o lançamento do Ebook “Vozes da Inclusão”.

MPRS realiza doação de 40 computadores para laboratórios de informática de escolas do município de Cachoeira Do Sul

Atendendo a um pedido do grupo Rotary Princesa do Jacuí, o Ministério Público do Rio Grande do Sul, por meio da promotora de Justiça Maristela Schneider, que contou com o apoio da Administração Superior da instituição na ação, realizou nesta sexta-feira, 3, a doação de 40 computadores para serem distribuídos em três escolas do Município de Cachoeira do Sul. A ação faz parte de um trabalho do grupo, que consiste em fazer a reestruturação dos laboratórios de informática de escolas.

Escola do SESC acata recomendação do MPSC, muda edital de projeto e aceita matrícula de aluna com deficiência

A investigação do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) concluiu que conduta do SESC foi discriminatória. A escola atendeu a recomendação da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville, aceitou a matrícula da aluna e alterou o edital.



Webinar debate a garantia do direito à educação com qualidade social

O evento, promovido pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, faz parte das conferências preparatórias para a Conferência Nacional de Educação.

Parecer do MPSP é acatado e Justiça barra ação contra aulas presenciais em Jundiaí

O Poder Judiciário acatou parecer da Promotoria de Justiça de Jundiaí e barrou ação do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeosp) que pretendia barrar a retomada das atividades presenciais nas escolas das redes estadual e municipal. Na decisão que julgou a ação improcedente, publicada em 19 de agosto, a Justiça citou o risco de ofensa à independência e separação de poderes e à discricionariedade administrativa própria da Administração Pública Municipal.

MPRJ celebra acordo para a retomada integral das aulas presenciais em Vassouras

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da Força-Tarefa de Educação (FT-Educação/MPRJ) e da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Vassouras, celebrou acordo judicial com o município de Vassouras para adoção dos mesmos parâmetros sanitários definidos pela nova Resolução SEEDUC/SES nº 1569 para o funcionamento das aulas presenciais nas redes pública e privada no referido Município. Conforme essa resolução, o bandeiramento sanitário vermelho já permite a retomada das aulas presenciais com 40% da capacidade de cada unidade escolar, observadas as regras dos protocolos sanitários para um retorno seguro.

Municípios integrantes da comarca de Manhuaçu têm definição de data para a retomada das atividades presenciais de ensino

Em reunião promovida pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) ficou acordado que as aulas presenciais da rede municipal de Manhuaçu serão retomadas integralmente na próxima segunda-feira, 13 de setembro. As aulas presenciais da rede pública estadual e da rede privada já retornaram, e a data para o retorno do ensino superior vem sendo discutida por um grupo de trabalho da Prefeitura.

MPMG celebra acordo com o município de Juiz de Fora para retorno, ainda em setembro, das atividades escolares presenciais

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e o município de Juiz de Fora celebraram hoje, 8 de setembro, termo de acordo para a adoção de medidas destinadas à regulamentação objetiva, embasada em critérios técnico-científicos, das condições para retorno das atividades educacionais presenciais no decorrer da pandemia de Covid-19 nas redes municipal, estadual, federal e privada, envolvendo crianças, adolescentes e adultos.

MPCE verifica condições para retomada das aulas presenciais em escolas no Município de Caucaia

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio da 13ª Promotoria de Justiça de Caucaia e com apoio de equipe técnica do Centro de Apoio Operacional da Educação (CAOEDUC), visitou, entre 26 de agosto e 2 de setembro de 2021, oito escolas públicas situadas em diferentes regiões do Município. As visitas foram realizadas visando atestar as condições para a retomada das aulas presenciais na rede pública de ensino da cidade.

MPPI realiza audiências extrajudiciais com as prefeituras sobre a garantia do direito à educação no contexto da pandemia

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Corrente e do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e Cidadania (CAODEC), realizou, no mês de setembro, três audiências extrajudiciais, por meio de videoconferências, com a participação de representantes das prefeituras de Cristalândia, Sebastião Barros e Corrente. Em pauta, a garantia do direito à educação no contexto da pandemia da Covid-19, nas redes municipais de ensino desses municípios.



Promotor de Justiça avalia estrutura da rede municipal de ensino para o retorno às aulas presenciais

O Ministério Público da Paraíba iniciou uma série de visitas a unidades da rede pública municipal de ensino de João Pessoa, a fim de acompanhar as medidas adotadas pelo Município para o retorno das atividades presenciais. Nos centros de educação infantil visitados foram observadas toda a estrutura disponibilizada para o acolhimento das crianças, verificando o cumprimento das normas sanitárias adequadas para prevenção e combate à disseminação do coronavírus (covid-19).

Promotoria de Justiça ajuíza mais três ações para cobrar dos municípios a regularização do transporte escolar

A Promotoria de Justiça de Ingá ajuizou outras três ações civis públicas de obrigação de fazer com o objetivo de cobrar a regularização do transporte escolar dos municípios termos da comarca. As ações foram ajuizadas contra os municípios devido às irregularidades verificadas, desde 2019, em vistorias realizadas pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran-PB) nos veículos que fazem o transporte de estudantes. (para saber mais, clique [AQUI](#)).

MPPI realiza audiências extrajudiciais com as prefeituras sobre a garantia do direito à educação no contexto da pandemia

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Corrente e do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e Cidadania (CAODEC), realizou, no mês de setembro, três audiências extrajudiciais, por meio de videoconferências, com a participação de representantes das prefeituras de Cristalândia, Sebastião Barros e Corrente. Em pauta, a garantia do direito à educação no contexto da pandemia da Covid-19, nas redes municipais de ensino desses municípios.

MPPB ajuíza ação para o retorno do ensino presencial em Bananeiras

O Ministério Público da Paraíba ajuizou ação civil pública (Processo 0800906-79.2021.8.15.0081) para o retorno das aulas presenciais na rede municipal de ensino de Bananeiras, de forma híbrida, gradual e facultativa, atendendo aos protocolos sanitários estabelecidos. A judicialização do caso foi feita após sucessivas tentativas da Promotoria de Justiça para a retomada das atividades de forma consensual.

Procuradoria-Geral recomenda aos promotores de Justiça que instaurem procedimentos para acompanhar ações de combate ao abandono, infrequência e evasão escolares

Atenta ao período de retorno às aulas presenciais neste segundo semestre de 2021 e ao aumento da exclusão escolar a partir do contexto da pandemia, a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público de Pernambuco expediu a Recomendação nº 13/2021, para orientar promotores e promotoras de Justiça de todo o Estado a instaurar Procedimentos Administrativos, com a finalidade de acompanhar ações de gestores municipais de escolas públicas no combate ao abandono, infrequência e evasão escolares.

Promotoria recomenda ao prefeito e secretária de Educação ampla divulgação do retorno às aulas presenciais e busca ativa de alunos

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio de 1ª Promotoria de Justiça Cível local, recomendou ao prefeito de Santa Cruz do Capibaribe e à secretária de Educação do município que, entre os meses de setembro e outubro, promovam a ampla divulgação do retorno às aulas presenciais na cidade, explicando à população como se dará tal retorno, mencionando nas redes sociais oficiais o cronograma de volta, os protocolos de segurança, as unidades escolares e outras informações concernentes.

Projeto Voltei: Nazaré da Mata e Buenos Aires assinam Termo de Cooperação e Integração Operacional

Após terem aderido, no final de agosto, aos projetos Busca Ativa (Unicef) e Voltei (MPPE), os municípios de Buenos Aires e de Nazaré da Mata assinaram, , o Termo de Cooperação e Integração Operacional. Além dos prefeitos, os Termos também foram firmados pelos secretários da Saúde, de Assistência Social, Educação dos dois municípios, e pelos respectivos Conselhos Tutelares. Os dois são os primeiros municípios da Circunscrição Ministerial de Nazaré da Mata a aderir aos projetos.

MPAM investiga ofertas irregulares de matrículas no CMPM

O Ministério Público do Estado do Amazonas, pela 59ª Promotoria de Justiça da Educação, (Prodhed), instaurou procedimento administrativo para investigar supostas irregularidades cometidas pelo Colégio Militar da Polícia Militar de Manaus. Conforme o teor das Notícias de Fato encaminhadas à 59ª Prodhed, a unidade de ensino está ofertando matrículas para novos alunos acima da sua capacidade estrutural, ocasionando falta de salas de aulas e reduzindo os dias para o comparecimento ao ensino presencial, com revezamento das turmas na modalidade híbrida.





NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Governador do DF questiona lei que concedeu reajuste a professores da rede pública

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, ajuizou, no Supremo Tribunal Federal (STF), a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6990, em que questiona a validade da Lei distrital 5.105/2013, na parte em que concede reajuste aos servidores da carreira do magistério público.

STF veta lei de Goiás que inclui pagamento de inativo no orçamento da Educação

O Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade de lei de Goiás que incluiu o pagamento de pessoal inativo nas despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino. Os ministros entenderam que a norma invade competência privativa da união para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.

Ministro Lewandowski nega pedido de suspensão de reajuste de professores do DF aprovado em 2013

Ao negar liminar, o ministro não verificou o requisito da urgência, pois a lei está em vigência há mais de oito anos.

Ao analisar o pedido de medida cautelar, o ministro observou que o artigo 17, inciso I, da lei distrital entrou em vigor em 3/5/2013, e seu Anexo VII previa a implantação do reajuste em 1º de setembro de 2015. A ação, por sua vez, foi ajuizada pelo governador do DF somente este ano, quando os atos normativos já estavam em vigor há mais de oito e cinco anos, respectivamente.

OUTRAS NOTÍCIAS



Aprovada assistência integral a alunos com transtornos de aprendizagem

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou, nesta quinta-feira (30), substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 402/2008, que obriga o poder público a oferecer um programa de diagnóstico e tratamento precoces a alunos da educação básica diagnosticados com dislexia, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) ou qualquer outro transtorno de aprendizagem.

Senado aprova inclusão de empreendedorismo e inovação no ensino básico e superior

Foi aprovado em Plenário, nesta quinta-feira (30), em votação simbólica, o PL 2.944/2021, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para incluir os temas "empreendedorismo" e "inovação" nos currículos da educação básica e superior. A matéria vai à Câmara.

Aprovada PEC que prevê isenção de gestores por não cumprirem gastos mínimos em educação

O Senado aprovou em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 13/2021, que isenta de responsabilidade gestores públicos pela não aplicação de percentuais mínimos de gastos em educação em 2020 e 2021, devido à pandemia. Aprovada com 61 votos favoráveis e 14 votos contrários, o texto será encaminhado à Câmara dos Deputados.

Prefeitos têm dúvida sobre uso do Fundeb para salários e MEC não sabe a resposta

As regras do novo Fundeb, definidas em 2020, causam até agora dúvidas em prefeituras e estados. Os gestores não sabem quais servidores podem ser pagos com recursos do principal mecanismo de financiamento da educação.

O MEC (Ministério da Educação) do governo Jair Bolsonaro, que teve atuação tímida na renovação do fundo, também não tomou a dianteira para resolver o imbróglio, mesmo tendo passado nove meses da regulamentação das novas regras e com volume enorme de reclamações de secretários da área.

MEC divulga resultado preliminar do Censo Escolar da Educação Básica

O Ministério da Educação (MEC) divulgou, hoje (22), os resultados preliminares do Censo Escolar da Educação Básica de 2021. Os dados estão em portaria publicada no Diário Oficial da União.

Os resultados referem-se à matrícula inicial na creche, pré-escola, ensinos fundamental e médio (incluindo o médio integrado e normal magistério), no ensino regular e na educação de jovens e adultos (EJA) presencial fundamental e médio (incluindo a EJA integrada à educação profissional). Os dados incluem as redes estaduais e municipais, urbanas e rurais em tempo parcial e integral e o total de matrículas nessas redes de ensino.

Pandemia causa impactos na alfabetização de crianças

No Brasil, 11 milhões de pessoas são analfabetas. São pessoas de 15 anos ou mais que, pelos critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não são capazes de ler e escrever nem ao menos um bilhete simples.

Pelo Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13.005/2014, que estabelece o que deve ser feito para melhorar a educação no país até 2024, desde o ensino infantil até a pós-graduação, o Brasil deve zerar a taxa de analfabetismo até 2024.

Comissão aprova proposta que destina precatórios de Fundef e Fundeb para salário de professores

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou proposta determinando que os recursos de precatórios do antigo Fundef e do Fundeb (o atual e o que vigorou até 2020), recebidos por estados e municípios, serão distribuídos conforme as regras de rateio dos dois fundos.

Esses precatórios têm origem em ações movidas pelos estados e municípios contra a União por discordâncias nos repasses dos fundos educacionais.

Com a medida aprovada, os recursos oriundos das decisões judiciais vão pagar a remuneração de profissionais da educação básica e despesas com manutenção e desenvolvimento da educação, como aquisição de material didático-escolar e conservação das instalações das escolas.

Brasil está entre países que não aumentaram recursos para educação na pandemia, diz OCDE

O Brasil está em um grupo minoritário de países que não aumentou os investimentos em educação durante a pandemia de Covid para reduzir o impacto na aprendizagem e adaptar o sistema de ensino às necessidades surgidas no período.

Senado aprova prorrogação de medidas excepcionais na educação

O Senado aprovou o projeto de lei (PL) que amplia para até o fim do ano letivo deste ano as normas excepcionais na área de educação previstas durante a pandemia. O texto, de autoria da deputada Professora Dorinha (DEM-TO) já havia passado pela Câmara dos Deputados e agora vai à sanção presidencial.

UNICEF lança campanha #ÁguaNasEscolas e faz webinar sobre o tema



Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) alerta para os desafios de acesso a água em parte das escolas municipais brasileiras. Segundo levantamento do UNICEF com base em dados do Censo Escolar 2020, embora a maioria das escolas municipais (84 mil escolas, o que corresponde a quase 80%) tenha acesso adequado a água, ainda há no País 3 mil escolas municipais sem água e outras 21 mil com acesso, mas de forma inadequada. Diante desse cenário, o UNICEF lança, nesta quinta-feira, 23 de setembro, a campanha #ÁguasNasEscolas, voltada a arrecadar recursos para ampliar o acesso a água em escolas, e promove um webinar para discutir o tema.

Tribunais de Contas solicitam participação em processo que trata da oferta de internet para estudantes

A Associação dos Membros de Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) protocolou petição solicitando seu ingresso como amicus curiae na ADI 6926, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF). A ação discute a constitucionalidade da Lei 14.172/2021, que prevê o repasse de R\$ 3,5 bilhões pela União aos Estados e ao Distrito Federal, no prazo de 30 dias após sua publicação, para a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, beneficiando alunos e professores da educação básica pública.



OUTRAS NOTÍCIAS MATO GROSSO

Secretário apresenta ao TCE plano para recuperação da aprendizagem dos estudantes

O secretário de Estado de Educação, Alan Porto, apresentou ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT), na manhã desta quarta-feira (15.09), as medidas adotadas para retorno das atividades escolares na modalidade híbrida, com investimentos na ordem de R\$ 210 milhões para garantir medidas de biossegurança, em melhorias na infraestrutura e no plano pedagógico para recuperação da aprendizagem.

Impactos da pandemia na educação foram discutidos na AL

As sugestões dos participantes da audiência pública serão transformadas em propostas de políticas públicas e encaminhadas ao governo do estado

Audiência debate inclusão de psicólogos e assistentes sociais em escolas públicas de MT

A Assembleia Legislativa realizou audiência pública com o propósito de debater a “Inserção do assistente social e do psicólogo na rede pública de educação de MT”. O evento foi requisitado pela Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto e discutiu a Lei federal nº 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social na educação básica da rede pública de ensino.

TCE promove reunião para conhecer medidas adotadas em MT para retorno às aulas presenciais

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE) promove, a partir das 9h desta quarta-feira, reunião técnica ampliada com a Secretaria Estadual de Educação (Seduc), a fim de conhecer as medidas implementadas pelo Governo do Estado para retorno às aulas presenciais na rede pública de ensino. O encontro será realizado de forma híbrida, com transmissão pelo Canal do TCE-MT no YouTube

ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA



Presidente sanciona lei sobre educação bilíngue de surdos

O presidente Jair Bolsonaro sancionou uma lei que define a educação bilíngue de surdos como uma modalidade de ensino independente. O texto modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para estabelecer como educação bilíngue aquela em que a língua brasileira de sinais (Libras) é considerada primeira língua, e o português escrito como segunda língua.



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br